

Clipping n° 897

, 31 Outubro 2011 - 19:22:02

Má qualidade da educação básica impede expansão da indústria, dizem empresários As

deficiências na educação básica brasileira, especialmente em matemática e português, têm influído na qualificação da mão de obra e, em consequência, na ampliação e modernização de projetos industriais. A conclusão é de empresários em debate ontem (27/10), sobre a educação, no último dia do 6º Encontro Nacional da Indústria (Enai), promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no Transamérica Expo Center, em São Paulo. O diretor Global de Recursos Humanos da Vale, Luciano Pires, um dos participantes do debate, revelou que, recentemente, a segunda maior mineradora do mundo abriu 600 vagas para aprendizes no Paraná e conseguiu selecionar apenas 200 candidatos. Para o diretor de Educação e Tecnologia da CNI, Rafael Lucchesi, a matriz da educação básica tem de ser mudada porque a indústria apresenta novos desafios que exigem capacidade de inovação.

Abigraf FGV: confiança da indústria cai pelo 10º mês consecutivo O Índice de Confiança da Indústria (ICI) da Fundação Getúlio Vargas recuou 0,4% entre setembro e outubro de 2011, ao passar de 101,1 para 100,7 pontos. Com a décima queda consecutiva, o índice atinge o menor nível desde agosto de 2009 (100,2), ficando abaixo da média de 103,9 pontos desde 2003. A diminuição do ICI em outubro foi determinada pela piora das avaliações em relação ao momento presente: o Índice da Situação Atual (ISA) caiu 0,9%, para 102,0 pontos, o menor desde agosto de 2009 (101,4). Já o Índice de Expectativa (IE), avançou ligeiramente (0,2%), ao passar para 99,4 pontos, mantendo-se, contudo, abaixo da linha divisória entre expectativas favoráveis e desfavoráveis. Os resultados mostram que a atividade industrial continua na fase de desaceleração iniciada no segundo trimestre deste ano. Dos três quesitos integrantes do ISA, a maior queda ocorreu no que mede a satisfação atual dos negócios: a proporção de empresas que consideram a situação dos negócios como boa diminuiu de 20,5% para 19,0%, enquanto a parcela das que a avaliam como fraca manteve-se em 9,5%. As perspectivas para a produção nos três meses seguintes continuam modestas, mas o indicador de 124,1 pontos supera ligeiramente os dos três meses anteriores. Das 1.243 empresas consultadas, 34,2% preveem aumentar a produção nos três meses seguintes (contra 34,9% em agosto), enquanto 10,1% pretendem reduzi-la (contra 11,9%). O nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) passou de 83,6% para 83,5% entre setembro e outubro, o menor nível desde novembro de 2009 (82,9%). O NUCI está agora 1,7 ponto percentual (p.p.) abaixo de outubro do ano passado e muito próximo à média de 83,3% desde 2003.

Jornal do Brasil Saiba como ganhar mais de um benefício do INSS Os segurados do INSS podem acumular até dois benefícios ao mesmo tempo, incluindo o auxílio-doença e o auxílio-acidente. O **Agora** fez o levantamento com cinco situações em que os segurados podem pedir o acúmulo dos benefícios. Se o INSS negar o pedido, será preciso ir à Justiça. Segundo o Ministério da Previdência, em 2010, 1,7 milhão de segurados no país receberam dois benefícios do INSS. A Previdência tem 26 milhões de beneficiários. Segundo a advogada Marta Gueller, com o acúmulo é possível ultrapassar o teto do INSS, que é de R\$ 3.691,74.

Agora SP Boleto eletrônico valerá para contas atrasadas O sistema de boletos eletrônicos bancários, chamado de DDA (Débito Direto Autorizado), passará a funcionar com faturas vencidas a partir do próximo ano. Com o boleto eletrônico, o cliente pode consultar e pagar suas contas sem a emissão de papel. O DDA é diferente do débito automático porque não implica a cobrança automática, previamente acertada. A única maneira de pagar títulos vencidos hoje é diretamente em caixas dos bancos atrelados à conta. O acerto é feito em dinheiro. De acordo

com a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), a mudança pode ajudar a desafogar as agências, já que o pagamento de contas vencidas é hoje uma das principais causas das filas. A entidade também destaca a maior segurança aos clientes, que não mais precisarão fazer os saques para pagar as contas vencidas. A expectativa é que o novo recurso, previsto para março de 2012, adicione 48 milhões de títulos em 12 meses. O boleto eletrônico foi criado em outubro de 2009 e tem 34 bancos cadastrados. A entidade planeja desenvolver adaptações para que o sistema incorpore faturas de cartões de crédito, que têm características específicas, como o pagamento parcial do débito.

Folha de S.Paulo 2/3 da população mundial não têm benefícios, são 5,1 bilhões de pessoas

A Organização das Nações Unidas (ONU) informou que dois terços da população mundial, ou seja, 5,1 bilhões de pessoas, não dispõem de benefícios sociais trabalhistas. Apenas 15% dos desempregados no mundo recebem seguro-desemprego. A análise faz parte de um estudo feito pela responsável pela ONU-Mulher, Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile. Bachelet pretende apresentar o estudo completo durante as discussões da cúpula do G20 (grupo que reúne as 20 maiores economias mundiais), em Cannes, na França, nos dias 3 e 4. O relatório Uma Proteção Social por uma Globalização Justa e Inclusiva destaca que, por meio da garantia dos benefícios sociais, é possível avançar economicamente e atenuar as tensões sociais. No começo deste mês, em Bruxelas, na Bélgica, a presidente Dilma Rousseff defendeu a adoção de medidas que combatam a fome e a pobreza como meios de melhorar a qualidade de vida da população e proporcionar condições para os avanços econômicos. Além disso, em visita a Brasília, a ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Ángela Holguín, sugeriu que os países latino-americanos se unam na tentativa de reagir coletivamente aos impactos causados pela crise econômica internacional. Para ela, o ideal é ampliar os acordos bilaterais e multilaterais. A chanceler veio ao Brasil para intensificar as parcerias em tecnologia, educação, combate à violência e à exploração sexual. (Fonte: Agência Brasil, com agência pública de notícias de Portugal, Lusa)

Trabalhadores afetados por desastre natural poderão ter seguro especial

SÃO PAULO - Funcionários de estabelecimentos afetados por calamidade natural poderão se beneficiar de seguro especial de emergência, conforme substitutivo do senador Antonio Russo ao projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ). O texto foi aprovado na última quinta-feira (27) na CRA (Comissão de Agricultura e Reforma Agrária). Na sequência, a matéria será analisada pela CAS (Comissão de Assuntos Sociais), de acordo com a Agência Senado. **Benefício**

O substitutivo estabelece que o benefício seja pago em parcela única e no valor de até duas vezes o teto do seguro-desemprego, ou seja, de R\$ 1.010,34. No projeto de Crivella, propunha-se a concessão de seguro-desemprego a esses empregados, no entanto, Antonio Russo ponderou que a medida era contrária à legislação em vigor, que concede o benefício no caso de desemprego e não de suspensão de contrato. Assim, o relator sugeriu que fosse alterada a lei que regulamenta o Programa do Seguro-Desemprego (Lei 7.998/1990), para instituir o seguro especial de emergência. **Crédito de emergência**

O substitutivo também contempla os autônomos e empreendedores individuais com um crédito de emergência, que deverá ser concedido na modalidade de empréstimo, com valor fixado em até três vezes o teto do seguro-desemprego. O crédito de emergência também poderá ser acessado pelos trabalhadores beneficiados com o seguro especial de emergência. A proposta é de que esse crédito tenha carência entre seis meses e um ano, podendo ser pago em até 36 prestações. Os recursos para o seguro especial e o crédito de emergência serão provenientes do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Ao justificar sua proposta, Antonio Russo ressaltou a situação de vulnerabilidade em que os trabalhadores se encontram após eventos como enchentes ou outras catástrofes naturais. **Pescador artesanal**

Ainda na reunião, a Comissão de Agricultura reforçou apoio ao projeto (PLS 423/2011) que inclui na Política Nacional de Aquicultura e da Pesca (Lei 11.959/09) o pescador artesanal que trabalha em parceria com o dono do barco, sem vínculo trabalhista. A proposta, que regula os contratos de parceria na pesca profissional, foi elaborada pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e modificada pelo relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O texto foi votado na CRA na forma de substitutivo e, por isso, precisou passar por um segundo turno de votação. A matéria segue agora para a Câmara, caso não haja recurso para votação no Plenário do Senado. **Remuneração do pescador**

O texto aprovado determina que a remuneração do pescador seja dividida em uma parte fixa, em dinheiro, e outra parte a ser estabelecida por percentual do resultado da pesca. No que se refere à parte fixa, o menor valor a ser pago ao pescador deve ser equivalente ao piso salarial da categoria. Quanto à divisão do resultado da pesca, o projeto prevê que a definição de percentual a ser pago ao pescador será fixada em acordo coletivo, com pagamento, no máximo, após três viagens de atividade pesqueira. Flexa Ribeiro alterou essa parte do projeto para incluir a possibilidade de antecipação de pagamento. **Infomoney**
Jorge Caetano Fermino